



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo
17 e segunda-feira 18 de agosto de 2014

Veículos: quase 40% dos donos devem IPVA

Dados da inadimplência são do Departamento de Trânsito de Sergipe

MARINA FONTENELE/G1SE



■ Apesar de leilões serem feitos até quatro vezes ao ano, iniciativa não está dando rendimento para a superlotação no depósito do Detran/SE

Sergipe possui uma frota de 600.780 veículos e, por incrível que pareça, 39,26% (238.143) estão em situação de inadimplência, seja devido ao não pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), seja por falta de pagamento do licenciamento.

Como todos devem saber, a falta de pagamento de tais impostos resulta em sanções legais, como, por exemplo, a apreensão do veículo, através do poder de polícia, e a sua liberação somente se dá após a completa regularização do bem.

Quando apreendido, o veículo é levado para o depósito do Departamento de Trânsito de Sergipe (Detran-SE), onde fica armazenado até o proprietário conseguir resolver as pendências. Só que, devido a motivos diversos, muitos donos de carros, motos e caminhões abandonam o veículo no pátio do Detran, que hoje está completamente superlotado.

Apesar de leilões serem realizados até quatro vezes ao ano, tal iniciativa não está dando rendimento ao problema de superlotação do depósito. De acordo com o diretor presidente do Detran, Humberto Costa, o **Ministério Público Estadual (MPE)** solicitou ao órgão que alguma medida seja tomada com urgência para resolver a situação.

Segundo ele, o jeito mais eficiente encontrado pelo órgão foi o processo licitatório, para que empresas particulares assumam o serviço de armazenamento, reboque e até os processos de leilão dos veículos, tornando todo este sistema mais simples. "Queremos, com a terceirização de pátio para os automóveis apreendidos, uma maior agilidade e organização. Quando a nossa Companhia de Policiamento apreender um veículo, irá entregar toda responsabilidade

de para o licitante vencedor", acrescentou.

Costa ressaltou também que, com a empresa assumindo a responsabilidade sobre os veículos, todo o ônus que envolve o cuidado com o veículo, como o risco de incêndio e furtos, passa a ser totalmente da empresa vencedora da licitação. Ele falou também do custo que representa a manutenção de um pátio para veículos apreendidos ao Estado. "É bom lembrar que até o nosso pátio do Santa Maria é locado. O Estado não tem disponibilidade de espaço de terra para ter um galpão", completou.

• Veículos abandonados

A inadimplência, problemas na documentação e até transações de compras mal concluídas podem ser as causas que levam os donos de veículos a abandonar os próprios bens no pátio do Detran. O diretor de Atendimento e Credenciamento do Detran, Jorge Eduardo, expôs os riscos de não passar de imediato o veículo para o nome do proprietário final.

"Tem uma parte da população que adquire o veículo e não passa de imediato para o seu nome. Deixa ficar por um ano ou dois. Então, quando é apreendido, só pode tirar do galpão o próprio dono, que seria na verdade o proprietário anterior. Quando o atual dono vai procurar quem lhe vendeu o carro ou a moto, encontra vários empecilhos, inclusive o fato de que o indivíduo, cujo nome consta como dono, tenha mudado de cidade", alertou.



FALTA DE PAGAMENTO DO IPVA RESULTA EM SANÇÕES LEGAIS, COMO, POR EXEMPLO, A APREENSÃO DO VEÍCULO

para ele circular é obrigatória a expedição do Certificado de Registro e Licenciamento de veículo. "Para expedir esse documento, há uma necessidade da quitação de todos os valores correspondentes a taxas de serviços, impostos, multas de trânsito, e inclusive o código prevê até multa ambiental", revelou o advogado.

Aldo Cardoso salientou ainda que é de extrema importância para o dono do veículo que tente regularizar a situação o mais rápido possível, aumentando as chances de reaver o bem apreendido, como também evitar taxas mais altas. "Se a pessoa deixa que o veículo permaneça em uma situação irregular, muitas vezes acumula valores bem altos. Há valores do seguro obrigatório, pagamento da taxa do serviço de licenciamento, IPVA e eventuais multas. São valores que se avolumam por questões naturais da propriedade", afirmou.